

# GETAP

GRUPO DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS APLICADOS

## 2ª Assembleia Geral

---

28 de Abril de 2023



# AGENDA

---

## 1. Questões Institucionais

- Aprovação das Contas e das Demonstrações Financeiras relativas ao ano de 2022
- Eventos: 11/05/23 às 14:30h - 15:30 sede do GETAP: Encontro CCIF - Rita de La Feria - Reforma Tributária IVA - Experiências Internacionais

## 2. Conjuntura atual

- Cenário Brasília /Agenda TAX
- Ajuste na agenda macro e *Feedback* das reuniões com o Governo (RFB, PGFN, Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária)

## 3. Pauta Temática - *Update* de projetos urgentes/relevantes

- MP 1.152/22 - *Transfer Pricing*: status dos trabalhos, discussão no Congresso Nacional, RFB e próximos passos
- MP 1.160/23 - CARF voto de qualidade: principais desdobramentos e discussão próximos passos
- ADC 49: após julgamento do STF, LC e Convênio Confaz: próximos passos propostas GETAP
- Projeto Reforma do Contencioso – Senado Federal: *status* dos trabalhos dos GTS e pontos consensados para atuação no Congresso Nacional
- CONFIA: *status* das discussões das Câmaras Modelo do Programa e Sanções Tributárias

## 4. Outros temas de interesse dos associados

# Aprovação Demonstrações Financeiras - 2022



Grupo de Estudos Tributários Aplicados - GETAP  
 Demonstração do Resultado + Fluxo de Caixa  
 Exercícios findos em 31 de dezembro 2022 (em reais)

## Comentários

	2022	2021	
Contribuições Associativas	4.042.400	4.198.000	2022 - 80 assoc - 68 = R\$ 52.000 parc. única e 12 = R\$ 55.200 2 parc. = R\$ 4.198.400 Antecipação de Anuidades em 2021 = R\$ 156.000   Total 2022 = R\$ 4.042.400
Impostos e Deduções	(141.944)	(63.327)	
<b>Receita Líquida</b>	<b>3.900.456</b>	<b>4.134.673</b>	
Despesas com pessoal	(1.778.570)	(1.801.377)	2022 - (i) Não contratação especialista de Indiretos; (ii) escalonamento dissídio por faixa salarial e (iii) Política de Bônus
Encargos sociais	(611.748)	(620.565)	
Benefícios a empregados	(125.740)	(151.792)	2022 - Reflexo do item anterior. 2022 - Reflexo do item "Despesas com pessoal".
<b>Superávit (Déficit) Bruto</b>	<b>1.384.398</b>	<b>1.560.938</b>	
Despesas Gerais	(743.430)	(189.214)	2022 - Festa de 10 anos GETAP e Rebrand da Marca
Utilidades e Serviços	(812.210)	(708.716)	2022 - Pesquisa de Compliance Estadual / Lançamento Livro Compliance
Outros Ganhos e Perdas	-	-	
<b>Superávit (Déficit) Operacional</b>	<b>(171.242)</b>	<b>663.009</b>	
<b>Resultado financeiro</b>			
Despesas financeiras	(15.303)	(3.331)	2022 - Despesas bancárias
Receitas financeiras	655.682	243.511	2022 - Taxa de juros (SELIC) do país 2022 = 8,75%
<b>Superávit (Déficit) Líquido do exercício</b>	<b>469.137</b>	<b>903.188</b>	

# BUDGET 2022 – Orçado X Realizado

Descritivo	Budget 2022		Total Realizado 2022		Orçado x Real 2022		Justificativa da Economia
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Contribuições Associativas Quantidade associados - 80	4.204.800	95%	4.198.400	88%	-6.400	0%	100% das anuidade recebidas Diferença de R\$ 6,4 mil - alteração da anuidade de 02 associados de parcelado para à vista
Receitas Aplicação Financeira	220.803	5%	560.314	12%	339.510	0%	Valor sem impostos
<b>Total de Receitas:</b>	<b>4.425.603</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.758.714</b>	<b>100,0%</b>	<b>333.110</b>	<b>0%</b>	
Remunerações, Bônus e Benefícios + Seguro D&O	2.388.712	49%	1.923.931	47%	464.781	19,5%	Não houve contratação do especialista de indiretos
Encargos trabalhistas	776.918	16%	611.854	15%	165.065	21,2%	Reflexo do item anterior
Viagens e Estadias	300.000	6%	72.781	2%	227.219	75,7%	Não foram realizadas todas as reuniões
Aluguéis, Condomínio, IPTU	222.921	5%	210.313	5%	12.609	5,7%	Não foi aplicado o reajuste da inflação no Aluguel
PDD - 5%	210.240	4%	0	0%	210.240	100,0%	Recebimento de 100% das anuidades
Eventos e Publicações	45.000	1%	48.282	1%	-3.282	-7,3%	Pesquisa ICMS com 157 páginas e Lançamento livro Compliance
Telefonia	20.600	0%	9.861	0%	10.739	52,1%	1) Redução do valor de Telefonia e Internet - negociação do plano contratado 2) Colaboradores trabalhando 03 vezes por semana presencial
Consultorias e Serviços PJ	595.363	12%	532.463	13%	62.900	10,6%	Não foram aplicados os reajustes da inflação nos contratos (Patri/Knewin)
Cursos e Treinamentos	10.000	0%	1.325	0%	8.675	86,8%	
Canal de Denúncias	31.200	1%	30.000	1%	1.200	3,8%	Não foi aplicado o reajuste da inflação no Contrato da Contato Seguro
Outras despesas	232.883	5%	201.627	5%	31.256	13,4%	2) Colaboradores trabalhando 03 vezes na semana presencial 3) Não foram efetuadas: (i) manutenções de ar condicionado, (ii) limpeza de carpete; (iii) pintura
Comemoração 10 anos e Rebrand Marca	0	0%	491.141	12%	-491.141	0,0%	
<b>Total de Despesas</b>	<b>4.833.837</b>	<b>100%</b>	<b>4.133.576</b>	<b>100%</b>	<b>700.261</b>	<b>14%</b>	
<b>Superávit (Déficit):</b>	<b>-408.234</b>	<b>-9%</b>	<b>625.138</b>	<b>13,1%</b>			

Free Cash-Flow em 31/12/2021:	5.724.845	5.724.845
(+) Receitas:	4.110.311	4.758.714
(-) Despesas:	4.554.458	4.133.576
(+) Depreciação e Amortização:	27.200	18.592
(-) Ativos / Passivos:		233.668
(+) Ativos / Passivos:		
(-) Investimentos (Imobilizado):		
<b>Free Cash-Flow em 31/12/2022: For</b>	<b>5.307.898</b>	<b>6.134.906</b>

Free Cash-Flow em 31/12/2022	
Saldo de Caixa e Bancos:	156.979
Saldo de Investimentos (CDB):	5.977.927
<b>Total Free Cash-Flow:</b>	<b>6.134.906</b>

## Justificativas valores relevantes:

### Receitas

- R\$ 339,5 mil – Previsto 4% de Receita Financeira e Realizado 8,75%

### Despesas

- R\$ 630 mil – Remunerações: (i) Não contratação especialista indiretos, (ii) escalonamento do dissídio por faixa salarial, (iii) Política de Bônus
- R\$ 227 mil – Viagens: reuniões com o Governo feitas *on line*
- R\$ 210 mil – PDD: recebimento de 100% das anuidades
- R\$ 63 mil – (i) não foram aplicados reajustes nos contratos Patri e Knewin, (ii) Consultoria de RH não finalizou Processo Especialista Indiretos.
- (R\$ 492 mil) – Festa 10 anos + Rebrand da marca

# Reserva Técnica para Contingências - Atualização

## ➤ Constituição da Reserva Técnica de 2023

Conforme §3º do art. 7º do Estatuto do GETAP, o Superávit do exercício deve ser destinado em até 100% à Reserva Técnica para Despesas Extraordinárias e Contingências, cujo valor é definido e revisto anualmente e deliberada pela Assembleia Geral.

**Premissas adotadas:** *Phase out* em 6 meses + Honorários para gerenciamento de crise

Reserva para Contingências:	2022	2023
Desligamento de funcionários e replacement	1.316.456	1.595.624
Continuidade de Despesas e Serviços Essenciais	168.572	168.572
Rescisão de contratos com Prestadores de Serviços	159.701	168.138
Baixa e encerramento da entidade:	17.389	19.138
Gerenciamento de Crise:		
Honorários advocatícios / Consultorias:	418.418	423.731
Assessoria de Imprensa:	233.662	236.629
<b>Total:</b>	<b>2.314.198</b>	<b>2.611.832</b>

<b>Total da Reserva 2022:</b>	<b>2.314.198</b>
<b>Total da Reserva 2023:</b>	<b>2.611.832</b>
<b>Constituição:</b>	<b>297.634</b>

<b>Superávit 2022:</b>	<b>469.138</b>
------------------------	----------------

- **Proposta para aprovação:** Pelas premissas adotadas, o valor da reserva para 2023 é maior à reserva já constituída. **Portanto, há necessidade de constituir reserva do valor adicional de R\$ 297.634,00.**
- Grande parte desse valor se deve a aplicação da inflação refletida nos custos do GETAP.

# Reforma Tributária IVA – C.CiF – Rita de La Feria

---

- **Pauta:** Visão do C.CiF e as Experiências Internacionais
- **Data:** 11/05/23 às 14:30h - 15:30 - sede do GETAP
- **Sugestões de temas para discussão:**
  1. Tratamento dado ao creditamento em geral – limitações eventuais, *split payment*
  2. Experiência internacional sobre devolução de valores de IVA para pessoas de baixa renda (*Cashback*).
  3. Em relação à competitividade com os outros países, qual a tratativa sobre:
    - Alíquotas diferenciadas de IVA para produtos essenciais (alimentos principalmente) e
    - Concessão de subsídios para indústrias específicas para garantir a não cumulatividade ampla.
  4. Criação de várias alíquotas: Alguns setores hoje vendem mercadorias, intangíveis e serviços e com isso têm-se atualmente a discussão tributação ICMS X ISS. No futuro, se forem definidas alíquotas de IBS diferenciadas para mercadorias, intangíveis e serviços, continuaríamos com o mesmo problema. Como os outros países resolveram essa questão?
  5. A forma de tributar (ou não) pelo IVA serviços financeiros, como seguros, *spread* bancário, receita com cartão de crédito é controversa e variada. Na sua opinião qual o melhor tratamento? Existe algum modelo diferenciado?

# CRESCIMENTO ECONÔMICO DEPENDENTE DA REFORMA FISCAL

- Governabilidade por construir é essencial para atingir o objetivo

## POLÍTICO

O principal desafio é equilibrar as demandas sociais prementes com a consolidação fiscal. A aprovação de medidas sociais e econômicas exigirá apoio do Legislativo.

Lula ainda não tem uma maioria governista sólida no Congresso. Ele fez alianças, mas a formação de blocos na Câmara e a instalação da CPMI dos atos de 8 de Janeiro vão exigir maior empenho do governo seja para garantir apoio seja para avançar na agenda estruturante.

## ECONÔMICO

Ameaças fiscais serão uma constante, pois o governo está sob pressão para atender as demandas sociais e demonstrar compromisso com a responsabilidade fiscal.

O envio da Nova Regra Fiscal pressiona o governo a aumentar a arrecadação para zerar o déficit fiscal em 2024.

O cumprimento da nova regra é imperativo para dar credibilidade e permitir um crescimento sustentável.



# R\$ 110 BI A R\$ 150 BI DE NOVAS RECEITAS

- As primeiras medidas foram anunciadas com o envio do PLP à Câmara

*“Antes da reforma tributária, governo prevê fazer correção tributária”*

Fernando Haddad  
Ministro da Economia



IRPJ/CSSL - Mudança em benefício fiscal via ICMS

 MP ou Judiciário

**R\$ 90 bi**



+

Comércio eletrônico  
importação de minimis

 Decreto

**R\$ 8 bi**



+

Taxação do mercado de apostas esportivas

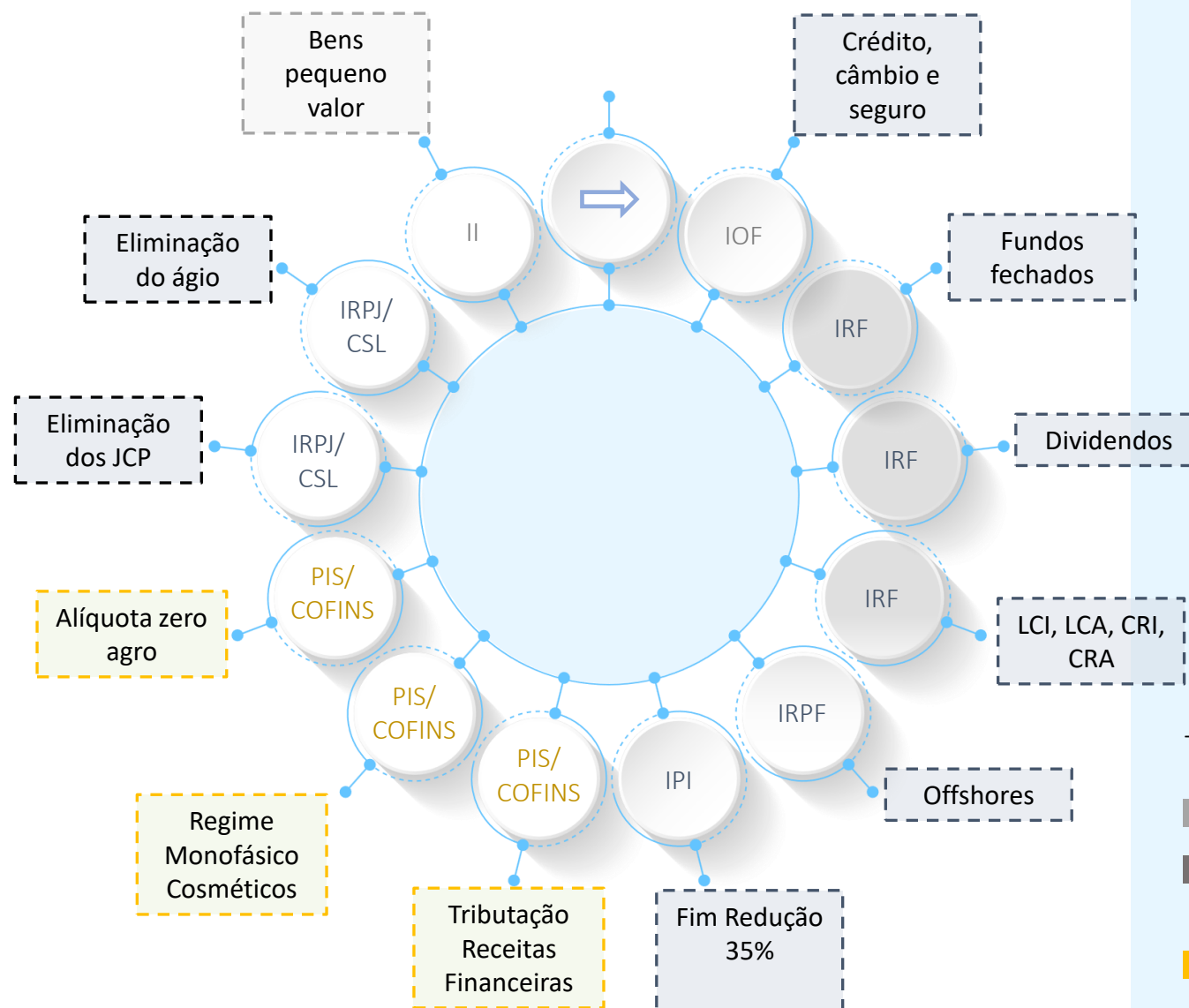
 MP ou PL

**R\$ 12 bi**



**R\$ 110 bi**

# NO LONGO PRAZO O CARDÁPIO É AINDA MAIS EXTENSO



## TIMING

- Imediato
- A partir do próximo ano
- A partir de 90 dias

# Matriz da Agenda de Projetos 2023/2024

Fevereiro-Junho

Julho-Setembro

Outubro-Dezembro

## ➤ Agenda de Reformas

- Tributação sobre o consumo (PEC 110, PEC 45, CBS, outras)
- TP - nova legislação e IN
- ✓ TBU – consolidação e crédito presumido – prorrogação
- TBU - Reforma da Lei 12.973 - *Pillar 2*
- Reforma do Contencioso: Reforma do Proc. Tributário: Reformas LEF, PAF, CTN, Arbitragem, Mediação, Consulta e Codecon
- CARF – voto de qualidade

## ➤ Fóruns de discussão

- FATA
- CONFIA: *Cooperative Compliance* Câmara Sanções e Câmara Modelo
- Nos Conformes – contrapartidas

## ➤ Outros

- ADC 49 – *Leading Case* + efeitos
- MP 1.159/2023 – exclusão ICMS na base do PIS/COFINS e regulamentação
- IN 2.121/2022
- GT - Penal Tributário
- Projeto *Leading Cases*

## ➤ Agenda de Reformas

- Tributação sobre o Consumo – IVA
- Reforma do IR: IRPJ/IRPF

## ➤ Fóruns de discussão

- CONFIA – legislação e IN
- Cadastro Fiscal Positivo - PGFN
- Embargos à Execução – Compensação solução alternativa PGFN
- PL Simplificação das obrigações acessórias CN

## ➤ Novos projetos: Pauta bombas!

- Revogação isolada do JCP
- Tributação de Dividendos
- Subvenções: Tributação IR e CSLL incentivos fiscais ICMS
- PL no Senado tributação de grandes fortunas
- (...)

## ➤ Prioridades: 2023

- **Novo Governo:**  
Agenda de relacionamento e influência do GETAP
- **Agenda de Reformas:**  
Reforma IVA, IR, TBU, TP Lei e IN
- **Contencioso:**  
CONFIA/Nos Conformes  
Cadastro Fiscal Positivo - PGFN  
Reformas do Proc. Tributário - CNJ/CN  
*Leading cases* – implementar projeto  
CARF – voto de qualidade
- **Publicações Técnicas/Eventos:**  
Evento ABDF/GETAP – *Cooperative Compliance*  
ITIC - Evento
- **Atenção Pautas Bombas!**

## □ MP 1.152/22-PLV 08/23 – vigência – 01/06/2023

- **Status:** MP aprovada na Câmara dos Deputados  
Senado: Relator Senador Jayme Campos – ofício e reunião do GETAP para discutir os pontos prioritários (prazo de transição, reflexo TBU, diferimento e partes relacionadas – conselheiros)  
Votação: Provável pauta da semana de 02 a 05 de maio  
Relatório deve ser pela aprovação, sem grandes alterações
  
- **Pontos GETAP acatados na Câmara dos Deputados:**
  - ✓ **Ajuste secundário:** Supressão
  - ✓ **Royalties:** supressão da indedutibilidade dos pagamentos para países com tributação favorecida ou regime fiscal privilegiado
  
- **Pontos GETAP em discussão no CN ou serão tratados via IN e/ou outra legislação:**
  1. **Vigência:** em 1º de janeiro de 2025, sendo opcional a partir do ano-calendário de 2023
  2. **Diferimento:** criar diferimento de tributação em caso de reorganização societária intragrupo – será tratado na reforma do IRPJ
  3. **Reflexo TBU:** suprimir a expressão “efetuadas espontaneamente” e “cujo imposto sobre a renda e contribuição social correspondentes, em qualquer das hipóteses, tenham sido recolhidos” – entendimento da RFB de que o 2º ponto pode ser tratado por IN
  4. **Partes relacionadas:** exclusão “conselheiro” – entendimento da RFB que esse ponto pode ser tratado por IN
  5. **Transação comparada agregada:** como medida de simplificação – RFB irá tratar na IN
  6. **Guidelines Interpretação:** prever *Guidelines* como fonte de interpretação – RFB irá tratar na IN
  7. **Paraíso Fiscal e Regime Privilegiado:** 50% do somatório das alíquotas nominais (IRPJ + CSLL) – em análise diminuir o limite para 15% através de Portaria do MF
  
- **Riscos:** prazo de transição - pequenas chances de alteração no texto aprovado na Câmara.

## ➤ Próximos passos:

- **Congresso Nacional:** Acompanhar a votação da MP 1.152/22 no Senado e na Câmara se alterada
  - **RFB:** Foco na IN (GT TP suporte nas discussões). RFB deve colocar texto em consulta pública
  - ❖ **Agenda GETAP:** pleito RFB - discussão sobre obrigações acessórias - documentação (*Master File, Local File, TP Return, etc.*). Realizado *Benchmark* Internacional – Conselheiros – e discutido com os associados na Reunião GT TP em 24/04/23:
- **Sugestões do GETAP para discussão com a RFB: em desenvolvimento**
- 1. Nos primeiros 3 anos:** entrega das obrigações acessórias somente caso solicitado pela autoridade fiscal - os contribuintes irão preparar toda a documentação, mas a apresentação à autoridade fiscal só se solicitado;
  - 2. Após os 3 anos:**
    - (a) Checar viabilidade de *TP return* anualmente, *Master File* (aceito em inglês) e *Local File* (português) entregues somente se solicitados pela autoridade fiscal; ou
    - (b) Alternativamente, que a entrega anual do *Master File* e *Local File* seja ao menos 3 meses após a entrega da ECF.
- **TP Return:** simples, somente com as informações + necessárias para as autoridades fiscais (plano fiscalização)
  - **Documentação suporte do Local File (contratos, etc.):** entregue somente se solicitado pela autoridade fiscal (volume e complexidade de envio)
  - **Análise da materialidade das operações sujeitas ao TP:** se imaterial, não incluir no estudo de TP; ou alternativamente, a entrega da documentação somente se solicitado pelas autoridades

## ▪ Reestabelecimento do voto de qualidade

- Pauta de processos bilionários
- Decisões favoráveis ao Fisco – reversão de entendimentos

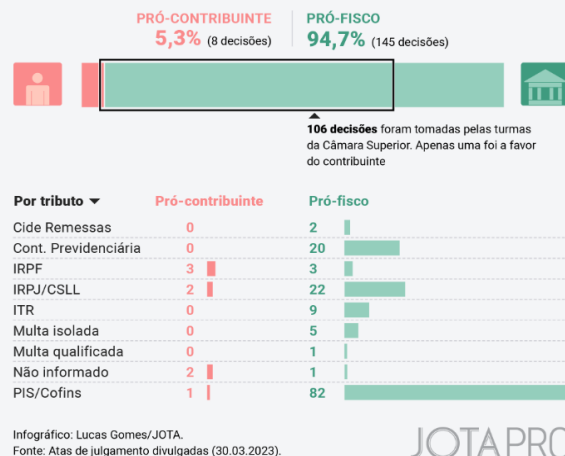
**Nova jurisprudência da Câmara Superior do Carf**  
Voto de Qualidade influenciou no resultado dos julgamentos

Tema	Como ficou	Tributo envolvido
Amortização de ágio interno	PRÓ FISCO	IRPJ / CSLL
Tributação de lucros no exterior	PRÓ FISCO	IRPJ / CSLL
Trava de 30% na incorporação de empresas	PRÓ FISCO	IRPJ / CSLL
Tributação de bonificações e descontos	PRÓ FISCO	PIS / Cofins
PLR paga a diretor não empregado	PRÓ FISCO	Contribuição previdenciária
Denúncia espontânea via compensação	PRÓ CONTRIBUINTE	Todos (A decisão é da 3ª Turma da Câmara Superior)

Infográfico: Lucas Gomes/JOTA.  
Fonte: Levantamento do JOTA (22.03.2023).

## Voto de qualidade desde a MP 1160/23

Maioria dos casos decididos pela metodologia desde janeiro teve desfecho favorável à União



## ▪ Judiciário – ADI 7347

- Proposta acordo OAB: voto de qualidade = extinção multa + juros\* (\*se pagamento em 90 dias)
- AGU e PGR: desfavoráveis
- Cautelar e Suspensão pauta: ainda não apreciados

## ▪ Legislativo

- Forte pressão do governo para aprovação
  - Recomendação OCDE
- Resistências parlamentares – não se sujeitar “proposta de acordo”
- 165 emendas – soluções diversas
- Provável conversão em PL – regime de urgência constitucional
- Cenário indefinido: aprovação e conteúdo



Insegurança sobre processos julgados nos termos da MP 1160/23 e casos em trâmite no CARF

- Retirada de processos de pauta – Portaria MF 139/2023

## ▪ Elevação valor de alçada CARF - > 1.000 salários mínimos (R\$ 1,3 milhões)

- Contencioso Adm. Baixa Complexidade - Portaria MF 20/2023, 309/2023
  - Até 1.000 salários mínimos = DRJ
    - Decisão monocrática + recurso Turma DRJ

## ➤ Posicionamento sobre tema

- Reformas pontuais/isoladas não resolvem problema
- Melhoria do Tribunal e do processo administrativo
- Foco: fortalecimento do Tribunal
  - Neutralidade e independência dos conselheiros (principalmente no voto de qualidade)
  - Equiparação salarial
  - Seleção mais transparente

## ➤ Atuação GETAP

- ✓ Congresso: Nota contrária (i) retorno voto de qualidade e (ii) elevação valor alçada
- ✓ Interlocução com FPE – Frente Parlamentar do Empreendedorismo
- ✓ Vídeo ABAT+GETAP: “conscientização dos parlamentares”
- ✓ Alinhamento GETAP+Abrasca+CNI

## ➤ Próximos passos

- Interlocução com Relator (a ser designado): *contra retorno voto de qualidade + fortalecimento Tribunal*
- *Advocacy* no Congresso

# ADC 49 – ICMS na transferência entre estabelecimentos

## ❑ ADC 49 + Efeitos



- ✓ **GETAP:** modulação de efeitos + manutenção dos créditos (enviada manifestação GETAP ao STF)
  - **Status:** julgamento do ED encerrado em 19/04/2023 - afastou o ICMS em operações interestaduais envolvendo empresas do mesmo titular. Decisão deve produzir **efeitos a partir de 2024**.
    - ✓ Garantido o direito a manutenção e transferência dos créditos de ICMS a partir de 2024. Caberá aos estados regular o tema *asap!*
  - **Exceção:** processos administrativos e judiciais pendentes de conclusão até a publicação da ata de julgamento da decisão de mérito (29/04/21)

## ➤ Próximos Passos:

1. **Congresso:** PLS 332/18 – aprovado na CAE – na Pauta do Senado em 25/04 – sessão deliberativa – discussão em turno único – retirado de pauta para permitir discussão e análise sobre alguns pontos específicos, e ouvir Confaz e Comsefaz – Senador Rodrigo Pacheco informou que vai incluir na pauta do dia 03/05
2. **COMSEFAZ:** Elaborar Convênio que regule as operações e dê suporte aos créditos, sobretudo no destino



## ➤ **Status**

- Março/2023: Início da tramitação no Senado Federal
- Projetos de Lei Complementar (CTN – PLP 124/22 e CODECON – PLP 125/22): tramitação + longa, após Comissões, serão apreciados em Plenário
- Projetos de Lei Ordinária (Consulta – PL 2484/22, PAF – PL 2483/22, LEF – 2484/22, Arbitragem – 2486/22, Mediação – 2485/22): tramitação regime terminativo pelas Comissões - não vai a Plenário
- Expectativa de apreciação rápida – necessidade de atuação na CAE

## ➤ **Atuação GETAP**

### • **Senado Federal:**

- ✓ Maio/2022: Consulta Pública - apresentação Agenda GETAP sugestões de melhoria em todos os temas
- ✓ 2º Semestre 2022: Discussão com integrantes da Comissão de Juristas - Marcus Lívio Gomes, Valter Lobato, Leonel Pittzer, Luiz Gustavo Bichara, PGFN, RFB, outros.

### • **GETAP:**

- ✓ Dezembro 2022: Criação Subgrupos temáticos – identificação pontos aprimoramento dos PLS
- 🕒 Discussão e Elaboração das propostas para encaminhamento ao Congresso Nacional

#### **Atividades – GTs temáticos**

- ✓ GT Consulta – 29/03
- ✓ GT LEF/PAF – 24/03, 31/03, 11/04 e 18/04
- ✓ GT CTN/Codecon – 24/03, 20/04
- 📅 GT CTN/Codecon – 05/05
- 📅 GT Arbitragem/Mediação (\*com Priscila Faricelli) – 09/05



## Principais pontos de aprimoramento – discutidas nos GTs

### CTN

#### Concluída análise prévia

- AI: requisitos mínimos
- PA: despacho com julgadores
- **Dosimetria sanções:**
  - **Aplicação também ao Responsável**
  - **Programa conformidade: afastamento de multas**
- Atenuantes/agravantes
- Bons antecedentes: regularidade fiscal como presunção
- **Limitação multas:**
  - Autorregularização para obrigações acessórias
  - Aplicação às multas isoladas
- Efeitos vinculantes precedentes STJ/STF – aplicação imediata
- **Efeitos da Consulta – Afastar efeito vinculante obrigatório**
- Denúncia espontânea: ampliação
- Causas suspensivas: ampliação

### PAT Federal

#### Concluída análise prévia

- **Pré-autuação – defesa prévia**
- Cumulação processos: possibilidade desmembramento
- **Provas a qualquer tempo**
- **Memoriais, despacho e sustentação**
- **CARF:**
  - Transmissão julgamentos
  - Súmulas: aprimoramento
  - *Amicus curiae* na CSRF
- Sobrestamento processo após afetação tema
  - Definição competência – determinação do sobrestamento

### LEF

#### Concluída análise prévia

- **Oferta antecipada de garantia:** Regularidade fiscal
- **Execução Fiscal:** Possibilidade de oferta de bens, após citação
- **Embargos à Execução**
  - Alegação de compensação: aplicação aos casos em andamento
  - Efeitos suspensivos
  - Dispensa garantia: Programa Conformidade
- **Garantias**
  - Substituição depósito por seguro/fiança – regra geral
  - Liquidação seguro/fiança após trânsito em julgado
  - Alienação antecipada: exclusão casos originados declaração contribuinte
- **Redirecionamento/Responsabilidade terceiros**
  - CDA: coobrigado, se participou PA
  - IDPJ: necessidade
- **Ressarcimento custos: todas as modalidades lançamento**
- **Suspensão EF: Anulatória prévia**
- **Extinção encargos legais**

### Consulta Federal

#### Concluída análise prévia

- **Legitimidade entidades representativas**
- **Ampliação escopo: modelo de negócios**
- **Afastar efeito vinculante obrigatório**
- **Esclarecimentos e audiências**
- **Pedido Revisão/recursos com efeitos suspensivos**
- **Prazo para solução: consequência do não cumprimento**
- Classificação mercadorias
  - Participação outros contribuintes



## Principais pontos de aprimoramento (já da agenda GETAP) – a serem discutidas nos GTs

### CODECON

*Não iniciada*

- **Deveres dos contribuintes:**
  - **Declaração operações relevantes**
  - **Reporte condutas irregulares**
- Observância precedentes STJ/STF
  - Prazo para Fisco
  - Suspensão processos adm. pela afetação do tema
- PA: desempate pró contribuinte
- Definição de Bons contribuintes e Devedor contumaz
- Não persecução penal – suspensão exigibilidade ou garantia

### Arbitragem

*Não iniciada*

- Prévia discussão com especialistas

### Mediação

*Não iniciada*

- Prévia discussão com especialistas

### ➤ Próximos passos:

1. Nota Técnica GETAP com as sugestões de melhoria e justificativas por projeto (em elaboração)
2. Discussão com Professor Marcus Lívio - interlocução com Rodrigo Pacheco e integrantes da CAE, CNJ, PGFN etc = pode ajudar na defesa dos pleitos do GETAP
3. *Advocacy* direta com os membros da CAE e com os relatores dos PLS, sobretudo os já nomeados
4. Apresentação e alinhamento dos principais pontos com a RFB e com a PGFN
5. Aliança e Parcerias – CNI, ABDF, ABRADT, Abrasca, OAB etc

## Câmara Modelo

**Status:** Discussão do Projeto Piloto – minuta da Lei Confia e regulamentação

- Critérios de Admissibilidade e Procedimento de exclusão
- Obrigações
- Benefícios
- Sistema simplificado de solução de controvérsias

## Câmara Marco de Controle Fiscal

**Status:** Concluído em 2022

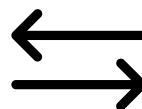
## Câmara CBPT

**Status:** Código concluído em 2022

## Câmara Sanções Tributárias

**Status:** Em discussão o equilíbrio do programa (*disclosure* x redução/exclusão penalidade)

- Empresas: não aplicação de qualquer multa
- RFB: esforço para retiradas das penalidades na maioria dos casos CONFIA



**GETAP**

**GRUPO DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS APLICADOS**

# Orçamento 2023 – conforme reunião de planejamento estratégico

Descritivo Despesas Ordinárias	REAJUSTE 8,73% Anuidade R\$ 57.000	
	Valor	%
Contribuições Associativas - 80 associados	4.596.000	89,6%
Receitas Aplicação Financeira	535.577	10,4%
<b>Total de Receitas:</b>	<b>5.131.577</b>	<b>100,0%</b>
Remunerações, Bônus e Benefícios	2.577.616	45,8%
Encargos trabalhistas	844.328	15,0%
Viagens e Estadias	450.000	8,0%
Aluguéis, Condomínio, IPTU, Seguro	234.246	4,2%
Canal de Denúncias	32.619	0,6%
Seguro D&O	34.794	0,6%
PDD	229.800	4,1%
Eventos e Publicações	95.000	1,7%
Telefonia	14.767	0,3%
Consultorias e Serviços PJ	865.848	15,4%
Cursos e Treinamentos	15.000	0,3%
Outras despesas	236.968	4,2%
<b>Total de Despesas:</b>	<b>5.630.985</b>	<b>100,0%</b>
<b>Superávit (Déficit): Forecast</b>	<b>-499.408</b>	<b>-9,7%</b>
<b>Excesso de Reservas em Caixa (Dez-2022)</b>	<b>3.183.157</b>	

## ➤ Premissas:

- Atualização dos valores com base na projeção IGPM 8,73%
- 80 associados, onde 68 = R\$ 57.000 parc. única e 12 = R\$ 60.000 2 parc.
- PDD de 5%
- Viagens retornando a normalidade dos trabalhos
- Retorno das reuniões presenciais e trabalhos dos colaboradores no GETAP
- Staff completo (04 posições), Contratação de 01 posição Sênior, Plano de Saúde com a inclusão da Secretária Executiva
- Consultorias = Patri /Knewin /Contato Seguro, inclusão de R\$ 100 mil Head Hunter e R\$ 100 mil de suporte ao Staff quando necessário

Anuidade: R\$ 57.000	Associados: 80
Déficit inicial	499
PDD 5%	230
Déficit final	269